



Assembleia Municipal

ACTA Nº 16

Acta da Assembleia Municipal de Alpiarça – Reunião Ordinária, realizada no dia 23 de Setembro de 2011

Aos 23 dias do mês de Setembro de 2011 reuniu em sessão ordinária no Auditório da Câmara Municipal de Alpiarça a Assembleia Municipal de Alpiarça. Esta sessão foi dirigida por uma mesa constituída pelo Presidente, Mário Raul Santiago do Céu, e pelos secretários Ana Paula Agostinho Matias e João Vasco Rodrigues Peixinho. Compareceram a esta Assembleia os seguintes deputados: João Manuel de Jesus Brito, Maria Graciete Agostinho Brito, João Pedro Antunes Osório, Fernando Manuel Neves Ramalho, Lúcio António Vieira Amaral, Henrique Miguel Caetano Santana, Ana Margarida Vences Rosa do Céu, Inês Nóbrega D'Aguiar, Celestino Tomás Pereira Brasileiro, Miguel Ângelo Eusébio, Joana de Brito Monteiro Serrano e Paulo Duarte Paulino Sardinheiro. Estiveram ainda presentes os vereadores Regina Ferreira e Carlos Pereira, bem como o Presidente da Câmara, Mário Pereira.

Ausência de um Deputado da Bancada do PS.

O Presidente da Assembleia deu início à sessão eram 21 horas.

Período de Intervenção do Público

Não houve inscrições.

Actas

Procedeu-se à apreciação e votação da Acta nº 15 referente à sessão solene da Assembleia Municipal do dia 24 de Junho de 2011.

Com as alterações propostas pela deputada Graciete Brito e pelo Presidente da Assembleia, a acta foi aprovada por unanimidade.

Período Antes da Ordem do Dia

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. Uma vez que teve conhecimento que o Parque de Campismo foi fechado, o deputado questionou o Executivo sobre o andamento do projecto para o turismo em Alpiarça e se esta medida faz já parte do plano que entretanto se teria definido. O deputado perguntou também pelas soluções que o Executivo terá para apresentar para solucionar os problemas ambientais, nomeadamente no que se refere às descargas poluentes na Vala de Alpiarça. Presume o deputado que, tendo a CDU sido tão assertiva nas críticas às políticas ambientais do anterior Executivo, teria agora a oportunidade de pôr em prática as suas próprias soluções. No que respeita à falta de segurança nos campos, o deputado pediu esclarecimentos sobre as eventuais conclusões das reuniões que se têm realizado com os agricultores e das quais terá saído, segundo soube, a proposta de se estabelecer uma parceria com a Associação de Caçadores de Alpiarça, iniciativa que o deputado estranha dado que os caçadores não terão o perfil que uma força de segurança. Relativamente à Alpiagra, o deputado lamentou ainda estar à espera dos números referentes à edição de 2010 e pediu pelos dados da edição deste ano. Na sua opinião, a Alpiagra deste ano foi muito fraca, com uma afluência de público muito baixa e muito poucos espectáculos para contrariar essa tendência. Os restaurantes das tasquinhas também eram em número reduzido e nenhum deles de Alpiarça, pelo que o deputado pergunta se não foi feito nenhum convite ou se, tendo o convite sido endereçado, eles rejeitaram. Em suma, o deputado considera que a Alpiagra está cada vez mais descaracterizada e cada vez com menos expositores. O deputado pretende que o Executivo dê a sua opinião relativamente às suas considerações e perguntou quais foram as conclusões que se retiraram da realização desta feira, bem como quais as estratégias a implementar no futuro para que a Alpiagra não desapareça.

Intervenção da deputada Ana Margarida do Céu. A deputada começou por apresentar em nome da sua bancada um voto de pesar pela morte de José Niza.

Posto à votação, o voto de pesar pela morte de José Niza foi aprovada por maioria, com uma abstenção do deputado João Osório e uma ausência da sala da bancada do PS.

A deputada Ana Margarida do Céu retomou a sua intervenção sugerindo que os convites e convocatórias fossem enviados não só por correio mas também por email, dado que a deputada nem sempre tem possibilidade de verificar a sua caixa do correio e muitas vezes acabam por chegar depois da realização dos eventos. A deputada pediu em seguida esclarecimentos acerca de duas adjudicações por ajuste directo com a empresa António Manuel e Manuel Pires Arquitectos no valor de 25 mil euros, uma, e 24 mil euros, a outra. A deputada pretende saber a que obras correspondem estes projectos e perceber a necessidade de contratar dois projectos com apenas alguns meses de diferença entre um e outro. A deputada questionou ainda que trabalho, no valor de 25 mil euros, foi adjudicado em Setembro a uma entidade prestação de serviços artísticos. Por último, a deputada pediu esclarecimentos sobre a concessão do café parque do Carril, uma vez que, segundo sabe, o café foi adjudicado, em Junho, por 4 meses, e, assim sendo, devia estar ainda em funcionamento.

Intervenção da deputada Graciete Brito. A deputada apresentou um voto de pesar pela morte de Beatriz Cal Brandão e um voto de louvor aos triatletas de Alpiarça pelas suas prestações ao serviço da selecção nacional.

O Presidente da Mesa pôs o voto de pesar em discussão. Não havendo intervenções, procedeu-se à votação.

O voto de pesar pelo falecimento de Beatriz Cal Brandão foi aprovado por maioria com duas abstenções dos deputados João Osório e João de Brito e com uma ausência da sala.

O voto de louvor aos atletas de triatlo foi colocado à discussão.

O deputado João de Brito lamentou que este voto de louvor não mencionasse que os triatletas de Alpiarça eram atletas do Clube Desportivo "Os Águias".

A deputada Graciete Brito explicou que a ausência de referência aos Águias não foi intencional, acrescentando que quando se refere ao corpo técnico, está a referir-se ao corpo técnico dos Águias de Alpiarça.

O Presidente da Mesa sugeriu que se acrescentasse a referência à proveniência dos atletas. Tendo a proposta obtido concordância, passou-se à votação do voto de louvor.

O voto de louvor aos triatletas alpiarcenses foi aprovado por unanimidade, com uma ausência da sala.

A deputada Graciete Brito prosseguiu com a sua intervenção, chamando a atenção para o facto de a divulgação da Alpiagra não ter sido, na sua opinião, a mais satisfatória. A deputada afirmou ter visto muito

poucos cartazes de divulgação da feira em Alpiarça, o que contrasta com a quantidade de cartazes da Festa do Avante espalhados pelo Município. Relativamente à inauguração do novo Centro Escolar, a deputada felicitou o Executivo pela realização desta obra que considera fundamental para o desenvolvimento do Concelho. Não obstante, voltou a referir que Alpiarça merecia uma escola que todas as crianças pudessem frequentar e na qual pudessem ter acesso às mesmas condições, o que não acontece com este Centro Escolar que é manifestamente insuficiente para albergar todas as crianças em idade escolar do Concelho. Ainda a propósito da inauguração do Centro Escolar, a deputada mostrou-se surpreendida com o discurso do Presidente da Câmara, dado que o discurso pouco teve a ver com o momento que ali se vivia, que era um momento de alegria e de homenagem, e não um momento para evocação do ambiente de crispação que se viveu no outro mandato entre o Executivo e a Direcção da Escola. O Presidente revela-se cada vez mais uma pessoa com ressentimentos e de espírito pouco aberto, o que contraria a opinião que inicialmente a deputada tinha da pessoa do Presidente da Câmara. A deputada lembrou ainda que no seu discurso o Presidente se esqueceu de saudar os representantes da Assembleia Municipal, o que revela que se calhar o ambiente de crispação existe ainda, mas tendo como pólos o Executivo e este órgão. Para além disso, o Presidente não fez uma única referência a quem projectou e lançou a obra, que foi o anterior Executivo. Se é verdade que foi este Executivo que a executou, sem o trabalho deixado pelo anterior Executivo a obra não tinha existido. A deputada mostrou-se ainda surpresa por não ter havido nenhuma inauguração do Largo Vasco da Gama.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro congratulando o Executivo pelo investimento que fez no último ano na área da Educação, investimento que teve a sua expressão mais significativa no novo Centro Escolar, mas que não se ficou só por aí. O deputado lamentou também que o novo Centro Escolar não tivesse capacidade para albergar todos os alunos do Concelho, mas enalteceu a preocupação deste Executivo em melhorar as condições dos alunos que não transitaram para a nova escola. A este propósito, o deputado lembrou que a E.B. 1 do Casalinho foi excepcionalmente autorizada a funcionar por mais um ano, depois de a Câmara ter solicitado uma autorização especial de funcionamento, na sequência de uma reunião que teve com a população em que esta manifestou a vontade de que a escola do Lugar continuasse activa. Sobre a Alpiagra, o deputado afirmou ter uma perspectiva diferente das dos deputados do PS, dado que, não tendo sido uma grande Alpiagra porque os anos não são os mais propícios a festas de grande envergadura, foi ainda assim uma Alpiagra com qualidade, e mesmo a nível de visitantes, de comércio e da participação da indústria local, não foi um ano tão negro como o pretendem fazer. Pelo contrário, por exemplo o Pavilhão das

Actividades Comerciais tinha este ano mais expositores do que em anos anteriores.

Intervenção da deputada Inês D'Aguiar. A deputada apresentou um voto de louvor aos atletas de duatlo do Clube Desportivo "Os Águias" pela sua classificação nos Campeonatos Nacionais da modalidade.

Sobre este voto de louvor interveio o deputado João de Brito, lembrando que para além do esforço de todas as entidades citadas pela deputada, há também que enaltecer o esforço da direcção dos Águias. O deputado sugeriu por isso que o Clube Desportivo "Os Águias" fosse mencionado na redacção que a deputada deu ao voto de louvor.

O Presidente da Mesa propôs a inclusão da menção pretendida pelo deputado João de Brito no último parágrafo do voto de louvor.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro. O deputado destacou o papel importante do C.D. "Os Águias" e das famílias para a obtenção destes resultados, bem como o apoio que a Câmara tem dado a esta secção, apoio que tem sido alvo de algumas críticas, mas que estes resultados vêm justificar.

Com a alteração proposta, o voto de louvor foi colocado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, com uma ausência da sala.

A deputada Inês D'Aguiar prosseguiu a sua intervenção congratulando o Executivo pelas actividades de ocupação dos tempos livres e pelas Férias Desportivas, iniciativas que, à semelhança do ano passado, abrangeram sem limitações todas as crianças do Concelho e que este ano abarcaram quase na totalidade o período de férias escolares, representando por isso um grande apoio para as famílias. Relativamente à acusação da deputada Graciete Brito que dava conta da inexistência de cartazes de divulgação da Alpiagra em Alpiarça, a deputada lembrou que, por exemplo, nas rotundas às entradas de Alpiarça estavam afixados outdoors gigantes com divulgação do certame.

Intervenção do deputado Lúcio Amaral. O deputado mostrou-se agradado com o facto de uma da empresa instalada em Alpiarça ter sido classificada como a sexta empresa maior exportadora da região. Lembrou contudo que a instalação da Monliz em Alpiarça foi na altura muito criticada. O deputado perguntou ao Executivo se este tinha algum plano de incentivo à fixação de novas empresas em Alpiarça.

Intervenção do deputado João de Brito. Dado que por motivos de doença o deputado não pôde estar presente na última sessão da Assembleia, aproveitou a oportunidade para se pronunciar sobre a decisão

de não suspender o mandato na Assembleia por parte do deputado Celestino Brasileiro, depois de ter sido nomeado para o Gabinete de Apoio à

Presidência, e à decisão de anular a suspensão de mandato, pelas mesmas razões, por parte do deputado João Osório. O deputado considera que a nova tomada de posição dos eleitos da CDU não foi feliz. Se legalmente nada obsta a esta tomada de posição, já moralmente esta decisão deixa muito a desejar. Depois de ler na acta da última sessão que o regresso do deputado João Osório à Assembleia fora decidido internamente pelo seu partido, o deputado lamentou que existissem partidos que decidem e ditam as atitudes a tomar pelos seus militantes. Posto o que o deputado perguntou ao Presidente da Câmara por que motivo não se têm realizado reuniões da Comissão Municipal de Segurança. O deputado evocou mais uma vez a acta da sessão anterior, em concreto a passagem em que o Presidente da Câmara acusa o PS e o PSD de constantemente chumbarem na Assembleia da República a inscrição da verba em PIDAC para a construção do novo quartel da GNR em Alpiarça. O deputado lembrou que na legislatura de Durão Barroso chegou a estar disponível uma verba para a construção do quartel, simplesmente não foi aproveitada na altura pelos autarcas de Alpiarça.

O deputado referiu-se em seguida aos mais cheiros e poluição na Vala de Alpiarça para perguntar ao Executivo pelas causas desse flagelo. Perguntou também pela situação financeira da AgroAlpiarça, assunto recorrente mas que o deputado entende estar na altura de definir de uma vez, adiantando que o PSD tem uma proposta para resolução do problema que será apresentada na altura própria. O deputado voltou em seguida a referir-se às condições dos deputados na Assembleia Municipal, lembrando das promessas eleitorais da CDU que apontavam para a melhoria das condições de trabalho dos eleitos. Por último, o deputado lamentou que nenhuma das propostas do PSD para o orçamento de 2010 tenha sido até agora contemplada pelo Executivo da CDU. Numa altura em que se aproxima a discussão para o próximo orçamento, o deputado pergunta-se se valerá a pena mais uma vez tentar ajudar o Executivo com ideias ou propostas, já que a CDU não manifesta interesse nelas.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado começou por se congratular por finalmente a bancada do PS ter um companheiro de oposição ao actual Executivo na pessoa do deputado eleito pelo PSD/CDS, João de Brito, posição que o deputado em causa ainda não tinha assumido, colocando-se sempre do lado da força política da maioria. Quanto à Alpiagra, o deputado afirmou que, tanto quanto lhe fizeram chegar, a opinião é unânime ao classificar esta edição como muito fraca. Apesar de

considerar natural que, não sendo este um ano de eleições, não se invista tanto num evento deste género, entende que Alpiarça merece investimento suficiente para manter os seus pergaminhos e para não deixar morrer a sua Festa anual mais importante, à semelhança do que aconteceu com a Feira do Vinho. A decisão de acabar com a Feira do Vinho fazia pressupor ao deputado que a responsabilidade na realização da Alpiagra fosse maior, e que houvesse um reforço neste certame da componente que com a extinção do outro se perdia. O deputado lamenta que assim não tenha acontecido. Pergunta-se também, ainda relativamente à Alpiagra, se o insucesso desta edição não se terá devido em parte à data tardia em que decorreu relativamente a outros anos. O deputado lamentou a este propósito que nem sempre os interesses de Alpiarça estejam à frente de outros interesses. Relativamente ao Largo Vasco da Gama, o deputado mostrou-se desgostoso pelo abandono a que está votada a área ajardinada. Por último, o deputado perguntou que projecto a Câmara terá equacionado para o edifício do pré-escolar, a antiga escola das Faias, que com a inauguração do novo Centro Escolar ficará desocupado.

O deputado João de Brito pediu a palavra evocando a figura regimentar da Defesa da Honra. O deputado afirmou dispensar a defesa que dele fez o deputado Fernando Ramalho, acrescentando que não rompeu com nada nem com ninguém e que é como pessoa muito mais respeitado e bem tratado agora do que alguma vez foi durante os 12 anos da maioria socialista, altura em que muitos militantes deixaram de falar para o deputado porque não era do partido socialista.

O deputado Fernando Ramalho pediu também para intervir em Defesa da Honra. O deputado esclareceu que na sua intervenção não visou qualquer tipo de relações pessoais, tratou-se apenas de um comentário político que foi suscitado pela intervenção do deputado João de Brito.

Intervenção do deputado João Osório. O deputado começou por dar as boas-vindas ao deputado João de Brito, depois de prolongada ausência por motivos de saúde. Quanto às acusações de que foi alvo, o deputado lembrou que no nosso país muitos são os ministros, secretários de estado e membros do governo continuam a presidir e a ter lugar nas assembleias municipais dos locais de onde são oriundos. O deputado reiterou ainda que está legitimamente a exercer o cargo para o qual foi eleito pela população de Alpiarça. Posto isto, o deputado congratulou os executivos da Câmara Municipal e da Junta de Freguesia pelo sucesso do Festival de Melão que se realizou no Parque do Carril. A propósito deste local, o deputado lembrou a Assembleia que ainda há bem pouco tempo o Parque do Carril era um bocado de terreno abandonado e que hoje é lugar aprazível e com condições. De resto, entende o deputado que se deve valorizar o papel do

Festival do Melão na divulgação do melão de Alpiarça e o papel da Autarquia no processo de certificação do melão Manuel António. Já em relação à Alpiagra, o deputado considera que é uma pena ninguém ter valorizado, por exemplo, o programa de incentivo ao pequeno comércio que a Câmara lançou nesta Feira e lembrou que em muitos locais as Feiras anuais estão a desaparecer por falta de dinheiro. Por isso mesmo, o deputado considera que, apesar de todas as dificuldades, o Executivo conseguiu fazer uma feira digna que teve o mérito de, pela primeira vez na história da Alpiagra, trazer a Alpiarça uma Ministra da Agricultura.

Intervenção da deputada Graciete Brito. A deputada afirmou também se congratular com a vinda da Ministra a Alpiarça, mas lamentou a pouca importância que este Executivo dá à Assembleia Municipal, dado que ninguém teve o cuidado de convidar ou pelo menos avisar os deputados municipais da presença da Ministra.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado afirmou que a analogia que o deputado João Osório escolheu para justificar a sua presença simultânea na Assembleia Municipal e no Gabinete de Apoio à Presidência é infeliz, dado que a semelhança só faria sentido se o deputado tivesse referido alguma situação de um Ministro ou Secretário de Estado que fizesse parte ao mesmo tempo da Assembleia da República, situação que está legalmente interdita. Se o Chefe de Gabinete João Osório, defendeu o deputado, esteve directamente relacionado com a organização da Feira do Melão e da Alpiagra, é natural que não venha para a Assembleia enquanto deputado apontar falhas ao seu próprio trabalho, pelo que o deputado não pode confiar à partida na isenção crítica do deputado João Osório na sua missão fiscalizadora do trabalho do Executivo.

Intervenção do deputado Celestino Brasileiro. Relativamente à sua presença na Assembleia Municipal, o deputado afirmou não considerar que algum impedimento, seja ele de carácter legal ou de carácter moral. O deputado lembrou ainda que os membros dos Gabinetes de Apoio não têm qualquer poder de decisão.

Intervenção do deputado João de Brito. O deputado afirmou que também teria gostado de estar presença na recepção à Ministra da Agricultura e lamentou que o Executivo se tivesse esquecido de convidar os membros da Assembleia e as outras forças políticas locais.

Pedi ainda a palavra o deputado João Osório em Defesa da Honra. O deputado afirmou que nada o impede de ter opinião própria e lembrou que durante os mandatos do PS nunca ouviu o deputado Fernando Ramalho manifestar-se contra as decisões dos Executivos da altura.

Antes de conceder um intervalo ao plenário, o Presidente da Mesa esclareceu, relativamente ao caso João Osório e Celestino Brasileiro, que não está em causa a inexistência de impedimentos legais à permanência destes eleitos na Assembleia, e quanto aos impedimentos morais, eles já

foram discutidos em sede própria e o Presidente já teve oportunidade de declarar que condena esta posição, assim como outros tiveram oportunidade de também manifestarem a sua opinião. O Presidente da Mesa explicou que para ele a questão coloca-se ao nível da decisão unilateral de dois eleitos da CDU de revogarem a decisão do órgão responsável pela actividade autárquica da CDU, a Coordenadora da CDU, que estabeleceu que as pessoas que fizessem parte do Gabinete de Apoio não fariam parte da Assembleia Municipal. Por esta razão, como eleito da CDU, o Presidente da Assembleia deixou de ter confiança política nos dois eleitos em causa por terem repudiado uma decisão na qual todos os responsáveis da CDU, o Presidente incluído, participaram.

Retomada a sessão, o Presidente da Mesa leu um voto de agradecimento que a deputada Carla Raposo, ausente desta sessão, lhe fez chegar, no qual agradecia à Assembleia e à Câmara pelo apoio que lhe deram no momento difícil por que está a passar. Posto o que o Presidente deu a palavra ao Executivo para responder às questões que lhe foram colocadas.

O Presidente da Câmara começou por pedir desculpa relativamente à ausência de convite aos eleitos da Assembleia para a recepção à Ministra da Agricultura, acrescentando que não houve má vontade da parte da Autarquia para com este órgão, simplesmente não foram enviados por lapso qualquer convite aos eleitos da Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, para uma visita em articulação com a Águas do Ribatejo à ETAR de Alpiarça/Almeirim e às estações elevatórias do Município, a decorrer no dia 8 de Outubro.

Relativamente ao Parque de Campismo e ao projecto de turismo, o Presidente explicou que o Executivo encomendou a uma empresa especialista na matéria um estudo para o desenvolvimento turístico do Concelho. Esse estudo ficou concluído e foi entregue na semana passada, coincidindo com a Alpiagra, e portanto ainda não houve oportunidade de o analisar em profundidade. Depois de analisado, o Executivo abrirá a discussão pública das propostas apresentadas aos eleitos da Assembleia e à população. Já em relação ao Parque de Campismo, ele estava obviamente englobado neste estudo e, tanto quanto o Presidente já pôde constatar, a proposta aponta para a autonomização do Parque. Por agora o Parque de Campismo irá encerrar porque a Câmara não tem condições para proceder à remodelação que se impõe depois do espaço se ter degradado ao longo dos

últimos anos. A Câmara ainda tentou mantê-lo em funcionamento durante algum tempo, tendo procedido a algumas intervenções de recuperação, mas a situação tornou-se insustentável dados os impedimentos estruturais que algumas estruturas já apresentavam. O Parque de Campismo será agora objecto de concurso de concessão, sendo que o Caderno de Encargos dessa concessão preverá um conjunto de intervenções a serem suportados pelos concessionários.

Relativamente à poluição na Vala, o Presidente sublinhou que se trata de um problema recorrente em Alpiarça e que ainda na semana passada se registou mais uma descarga poluente. Como lhe compete, a Câmara accionou os mecanismos legais que tem à sua disposição para fazer frente a esta situação. Foi feita a denúncia às entidades competentes e foi efectuada uma fiscalização da Câmara cujo relatório está a ser elaborado.

Quanto ao problema da insegurança nos campos agrícolas do Concelho, o Presidente informou que por três vezes se reuniu com um conjunto de agricultores e que de uma dessas reuniões se postulou a possibilidade de contactar a Associação de Caçadores, que tem já um serviço de vigilância no âmbito da actividade sinegética, no sentido de verificar com seria encarada a possibilidade de a Associação proceder à vigilância dos campos em articulação com os agricultores. A Câmara reuniu com a Associação de Caçadores que mostrou abertura para discutir estas questões. Ainda assim, a ideia central é que a vigilância dos campos seja garantida por uma eventual Associação de Agricultores a constituir. Os agricultores estão conscientes de que não é à Câmara que compete o exercício da vigilância e estão dispostos procurar formas de organização que lhes permita actuar na defesa e na salvaguarda dos equipamentos que têm sido afectados por uma deficiente vigilância por parte das forças a quem compete esta acção. A Câmara está predisposta a dar apoio logístico e apoio jurídico às pretensões dos agricultores, mas não poderá fazer muito mais do que isso.

No que toca à Alpiagra, o Presidente aceita as opiniões dos deputados, mas, ao contrário destes, faz uma avaliação positiva desta edição, considerando que a Alpiagra se realizou num contexto económico e social adverso. Mesmo assim, este ano a Alpiagra teve mais expositores do que no ano passado, fruto da antecipação de uma acção de sensibilização para o consumo no comércio local, acção que estava prevista mais para o final do ano e que foi antecipada com algumas campanhas de sensibilização na feira e com a isenção do pagamento do espaço a ocupar na Feira pelos expositores com actividade comercial em Alpiarça. Para além disso, pelo segundo ano consecutivo conseguiu-se ocupar dois pavilhões com amostra das várias actividades do Concelho, inclusivamente, ao contrário do que foi

dito, com uma forte presença de produtores de vinho. A esse propósito o Presidente informou que a vinda da Ministra da Agricultura foi pensada em torno da produção de vinho no Concelho, sendo que a iniciativa foi preparada com os produtores e agricultores em reuniões com o Executivo. De resto, houve duas áreas com decréscimo evidente de representação, os carros e máquinas agrícolas e os restaurantes, e a razão para essa queda prende-se precisamente com a conjuntura económica e com a dificuldade dos expositores fazerem face à despesa que a sua presença na feira obrigatoriamente acarreta. Quanto ao mais, o Presidente considera que a Alpiagra teve a animação que costuma ter e foi visitada por muita gente, mesmo que o consumo não andasse a par com a circulação de pessoas. No que toca aos espectáculos, o Presidente informou a Assembleia que foram gastos cerca vinte e cinco mil euros, importância que fica muito aquém do que custaria à Autarquia a contratação de um único dos artistas que os Executivos PS levava à Feira. Entende o Presidente que a situação financeira da Autarquia não está de molde a que possamos dar-nos a esse luxo. Em suma: a Alpiagra não está, portanto, como querem fazer crer, em vias de acabar, muito pelo contrário. Quanto à presença de “peruanos” no pavilhão comercial, o Presidente afirmou não fazer qualquer tipo de discriminação com base em distinções étnicas, nacionais ou de género e portanto os “peruanos” são muito bem-vindos à Alpiagra, como aliás, sempre foram.

Passando às questões levantadas pela deputada Ana Margarida do Céu, o Presidente começou por afirmar que registou o pedido da deputada de que a Autarquia passasse também a enviar os convites por email, situação que julgava já estar implementada mas que irá reforçar. Já quanto aos ajustes directos que a Autarquia contratou, o Presidente explicou tratar-se dos 9 espectáculos da Alpiagra e da reformulação da segunda fase da candidatura de requalificação da Casa dos Patudos. Quanto a esta última obra, o Presidente informou a Assembleia que já foi aprovado em Reunião de Câmara o projecto de remodelação da Casa dos Patudos para as áreas exteriores. A necessidade de reformular esse projecto prendeu-se com a constatação de que o montante envolvido para a construção de um equipamento previsto, nomeadamente o Salão de Chá, era demasiado alto tendo em conta o momento actual e a própria adequação aos fins turísticos da Casa dos Patudos. A retirada do projecto do Salão de Chá, que será substituído por uma construção polivalente muito menos onerosa para a Autarquia, dará à Autarquia a possibilidade de aceder a verba que poderá ser utilizada para outras candidaturas. O Presidente adiantou ainda que o projecto de arquitectura paisagística visará um retorno ao aspecto original daquele espaço, isto é, a recriação de um espaço de quinta, íntimo e familiar.

No que respeita à divulgação da Alpiagra, questão levantada pela deputada Graciete Brito, o Presidente explicou que em Alpiarça existia dois outdoors gigantes de promoção, outro em Santarém, e um conjunto de faixas e pendentas por toda a região. Já quanto aos cartazes da Festa do Avante, o Presidente afirmou que a propagação dessa divulgação só mostra a capacidade de intervenção do PCP.

Quanto à inauguração do Centro Escolar, o Presidente reconheceu que o projecto foi aprovado no anterior mandato e que o projecto foi contratualizado nesse período. Na altura, o Presidente era vereador na oposição e em sede própria levantou as objecções que aqui foram levantadas no que respeita à dimensão da obra e à impossibilidade daquela área albergar todas as crianças do 1º ciclo de Alpiarça. Pressupor que este Executivo podia alargar o projecto para um tamanho satisfatório é desconhecer que as possibilidades de contratualizações no âmbito da CIMLT atingiram o limite em Alpiarça, pelo que mais nenhuma verba sobrava para nenhuma outra intervenção.

Relativamente ao discurso na inauguração do Centro Escolar, o Presidente afirmou que se fosse medir o grau de ressentimento que noutros mandatos os presidentes da Câmara colocaram nos seus discursos, o dele ficaria muitos pontos abaixo. De resto, limitou-se a colocar algumas questões que considerou serem importantes mencionar naquele momento e naquela circunstância particular. Quanto ao alegado esquecimento da Assembleia Municipal, o Presidente explicou que na sua saudação inicial referiu-se às entidades presentes e aos autarcas em geral, nos quais se incluíam todos os eleitos do Concelho, e que só não se referiu ao Presidente da Assembleia ou a outros eleitos da Assembleia Municipal porque não estavam presentes.

Já relativamente ao Largo Vasco da Gama, o Presidente explicou que não houve inauguração porque houve uma série de contra-tempos com a finalização das obras e considerou-se que, depois de as pessoas terem esperado tanto tempo, não ficaria bem haver uma sessão formal de inauguração. Esta situação não impede que de futuro se realize iniciativas nesse espaço. Em pouco tempo proceder-se-á ainda à colocação do elemento central.

Sobre o triatlo, o Presidente lembrou que esta modalidade tem desde a primeira hora um grande envolvimento por parte da Autarquia, tendo a Câmara assumido a responsabilidade por um apoio financeiro importante que está, entre outros, na base dos resultados objecto de voto de louvor por parte desta Assembleia. Este tem sido, na opinião do Presidente, um projecto que tem dinamizado o desporto na nossa terra, que tem promovido

Alpiarça no exterior e que tem dado resultados positivos em termos desportivos.

Relativamente às datas da realização da Alpiagra, o que se conclui analisando as datas da 29 edições do certame é que apenas cerca de meia dúzia de vezes a Alpiagra se realizou no fim-de-semana anterior àquele em que este ano se iniciou, pelo que o Presidente não percebe a contestação de que a data da Feira tem sido alvo. O Presidente lembrou inclusivamente que a Alpiagra costumava realizar-se num momento mais avançado de Setembro, e algumas vezes prolongando-se mesmo até Outubro, para acompanhar precisamente o calendário das vindimas. Se houve portanto alguém que alterou a data por razões políticas não foi a CDU.

Por último, relativamente ao edifício da Escola das Faias que depois de o pré-escolar ter sido transferido para o edifício da antiga E.B. 1 perdeu a sua função educativa, o Presidente informou que existem algumas associações do Concelho interessadas na utilização daquele espaço, e mesmo a própria Autarquia, que poderia eventualmente transferir para lá alguns dos seus serviços. Entretanto a Câmara irá reunir-se com as entidades que manifestaram interesse na utilização do espaço para perceber qual é a melhor solução.

Ainda no que diz respeito à educação, o Presidente reiterou que mesmo com a abertura do Centro Escolar houve a preocupação por parte da Câmara de intervir nos outros edifícios de maneira a que todas as crianças pudessem iniciar o novo ano lectivo com as melhores condições possíveis ao nível das infra-estruturas. Na E. B. 1/JI procedeu-se a uma intervenção global de pintura, à alteração da disposição de equipamento e das canalizações nas salas de aula, e à alteração completa das casas-de-banho, bem como à pavimentação do recreio. Já a escola do Frade de Baixo também foi pintada, depois de ter havido no ano passado uma intervenção ao nível da caixilharia. O mesmo acontecendo na E.B. 2, 3/S, edifício que já sofreu algumas intervenções por parte da Câmara e que, mais recentemente, viu o antigo ginásio recuperado a fim de dotá-lo das condições necessárias para integrar as crianças com necessidades educativas especiais. Todas estas intervenções fizeram com que este ano fosse o ano em que mais se investiu em Alpiarça na educação por via da administração directa da administração local.

As restantes questões foram respondidas pelo Vereador Carlos Pereira, que começou por esclarecer que a concessão do bar do Parque do Carril foi feita efectivamente por quatro meses e que portanto terminaria a 8 de Outubro. Acrescentou contudo que a intenção da Câmara ao concessionar aquele espaço era garantir o apoio aos agricultores e visitantes que durante essa época procedem às suas trocas comerciais no

local, sendo que o objectivo foi cumprido, dado que por esta altura já não se encontram no Parque do Carril agricultores em número que justifique o funcionamento do bar. Ainda que o concessionário já não ocupe o espaço, não implica que não o pague na íntegra à Autarquia como ficou contratualizado.

Quanto à situação do Largo Vasco da Gama, que segundo o deputado Fernando Ramalho estaria abandonado e, por isso, a degradar-se, o Vereador discordou desta apreciação e informou o deputado que se tivesse lá passado no dia desta sessão teria oportunidade de ver que não tinha razão, dado que muito recentemente estiveram lá os funcionários da Autarquia.

O Presidente da Câmara pediu ainda para se pronunciar sobre outra questão que inicialmente lhe tinha escapado. A intervenção do Presidente prendeu-se pois com o Festival do Melão, que na opinião do Presidente foi um sucesso, marcado por um grande salto qualitativo em relação à primeira edição. O Presidente reforçou ainda que esta iniciativa, realizada com um investimento em termos financeiros muitíssimo limitado, conseguiu ter uma dimensão assinalável ao nível da promoção do Concelho e do melão de Alpiarça no exterior.

Neste ponto, sendo meia-noite, o Presidente da Mesa colocou à votação a continuação dos trabalhos para além dessa hora.

A continuação dos trabalhos foi aprovada por maioria com 3 abstenções.

O Presidente da Mesa deu a palavra ao deputado Fernando Ramalho. O deputado referiu-se às considerações do Presidente da Câmara relativamente ao destino a dar ao edifício da Escola das Faias, perguntando se não seria importante que, tratando-se de um edifício escolar previsto na carta educativa do Concelho, o Conselho Municipal de Educação se pronunciasse sobre essa questão. Na sua opinião pessoal, o deputado entende que este edifício devia continuar ligado à educação das novas gerações de alpiarçenses.

O deputado perguntou ainda, a propósito da inauguração do Centro Escolar, se a Autarquia teria endereçado algum convite a algum membro do Governo ou da CCDR-Altentejo, entidade que acaba por financiar a obra.

O Presidente da Câmara tomou a palavra para responder a esta questão e a outras que entretanto reparou que lhe tinham escapado na sua primeira intervenção. Passando pois a responder à questão colocada pelo deputado Lúcio Amaral sobre a existência de um plano para a fixação de empresas em Alpiarça, o Presidente afirmou que esta questão não tem uma

resposta fácil, dado que todas as entidades têm planos para a fixação de novas empresas, seja a Autarquia através dos instrumentos de planeamento e de gestão urbanística do Concelho, ou através das condições criadas na Zona Industrial, ou ao nível regional com os planos estratégicos para a região. O que acontece porém é que se vive um contexto económico nada favorável à implementação satisfatória desses planos, isto é, à cativação de novas empresas. O Presidente recordou ainda que têm sido instaladas empresas em Alpiarça nos últimos tempos.

Quanto às questões do deputado João de Brito, o Presidente opinou que as considerações do deputado sobre a situação dos membros do Gabinete de Apoio são salutares e se inscrevem meramente no âmbito salutar da discussão política, sendo que sobre esse assunto todos concordam que não existe qualquer impedimento legal que obste ao actual estado de coisas. Posto o que o Presidente reiterou a sua total confiança em João Osório e Celestino Brasileiro enquanto membros do seu gabinete.

Relativamente ao Conselho Municipal de Segurança, o Presidente reconheceu que não se tem reunido, admitindo que está em falta nesse aspecto.

Quanto ao quartel da GNR, embora reconhecendo que em 2002 o PSD chegou a ter incluído no PIDDAC verba para o quartel, o facto é que o quartel nunca chegou a ser construído. De resto, tirando esse momento, o PSD, o PS e o CDS têm votado constantemente contra as propostas do PCP na Assembleia da República.

No que toca à situação financeira da AgroAlpiarça, o Presidente afirmou que, como se sabe, é uma situação difícil, reportando a origem do problema para o início da década passada, altura a partir da qual os problemas financeiros têm-se acentuado. Para piorar a situação, o contexto vitivinícola não é favorável à recuperação da empresa, dado que se trata de um meio muito competitivo no qual se torna difícil escoar o produto pelo preço justo.

Já em relação às condições da Assembleia Municipal, trata-se de um assunto recorrente que merece da parte do Presidente a mesma resposta da última vez: não é uma situação urgente, dada a premência para os munícipes de outras questões que urge resolver. Não é, contudo, uma situação que não mereça preocupação por parte do Executivo. O Presidente informou que já esteve inclusivamente um carpinteiro da Câmara no Auditório para tentar perceber o que é que se pode fazer.

Por último, relativamente às propostas do PSD, como o Presidente na altura afirmou, houve muita dificuldade em materializá-las no orçamento dada a proximidade das datas entre a entrega das propostas e a redacção

do orçamento. Para além disso, havia muitas propostas que já estavam contempladas no orçamento. De resto, para o próximo orçamento serão de novo contactadas as forças políticas do Concelho.

Sobre a AgroAlpiarça, o deputado João de Brito afirmou que é possível encontrar uma solução para os problemas da cooperativa a exemplo do que fez uma localidade francesa. Mostrou-se disponível para apresentar essa ideia se houver interesse por parte do Executivo.

O Presidente respondeu ainda à segunda ronda de questões colocadas pelo deputado Fernando Ramalho. O Presidente começou por mostrar-se disponível para colocar a questão de saber que destino a dar à Escola das Faias no Conselho Municipal de Educação que se vai reunir em breve. Esclareceu também que foi convidado o Secretário de Estado do Ensino e da Administração Escolar para estar presente na inauguração do Centro Escolar, mas que este se mostrou indisponível. O Presidente convidou também o Presidente da CCDR-Altentejo, que apesar de se ter prontificado a vir, acabou por ter de cancelar a visita por motivos de saúde e foi substituído por outro representante desse órgão.

O Presidente da Mesa deu a palavra em seguida ao 2º Secretário da Mesa, João Vasco Peixinho, que, na qualidade de concessionário do bar do Parque do Carril, pretendia esclarecer a deputada Ana Margarida do Céu. O deputado explicou que, tratando-se de um bar de campanha, a partir do momento em que acaba a campanha do melão e da melancia o bar deixa de ter clientes, pelo que o deputado decidiu encerrar o bar, visto que o negócio já não era viável.

A deputada Graciete Brito pediu ainda para intervir mais uma vez, comentando que, embora a Escola das Faias não seja um edifício escolar classificado, é um edifício emblemático da nossa terra e por isso deveria continuar ao serviço da educação a fim de evitar a descaracterização do edifício. A deputada sugeriu que parte da Escola das Faias poderia ser transformada num pequeno Museu da Escola e que a Universidade Sénior de Alpiarça, que há muito que procura um espaço para desenvolver as suas actividades, poderia também usufruir do espaço.

Por último, a deputada louvou a posição do Presidente relativamente à implementação de empresas em Alpiarça, já que essa não tem sido a posição da CDU a esse respeito nos últimos anos.

O Presidente da Câmara pediu ainda para conceder algumas considerações quanto a estas últimas declarações. O Presidente afirmou compreender a preocupação da deputada Graciete Brito no que à salvaguarda do património educativo diz respeito, e acrescentou que esse é o sentimento de milhares de portugueses que viram fechar escolas nas suas

localidades por intervenção dos últimos governos tutelados pelo PS. Quanto à proposta da criação de um museu da escola em Alpiarça, o Presidente coloca muitas reservas no que se refere à sua viabilidade, dado que acarretaria despesa para Autarquia que esta não está em condições de suportar.

Quanto às empresas da Zona Industrial, o Presidente afirmou que a CDU nunca foi contra a instalação de novas empresas, acrescentando que essa ideia foi uma manobra política injustamente veiculada pelo PS.

Período da Ordem do Dia

Ponto 1 – Informação Escrita a apresentar pelo Presidente da Câmara Municipal acerca da Actividade do Município e da sua situação financeira, ao abrigo da alínea e) do nº 1 do art.º 53 da Lei nº 5-A/02 de 11 de Janeiro.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. O deputado perguntou, a propósito da reunião da Assembleia Distrital de Santarém na qual se terá discutido a Colónia Balnear da Nazaré, quais foram as conclusões que saíram dessa reunião. A propósito também de uma reunião tida com o actual conservador do Museu dos Patudos, o deputado perguntou se existe um projecto para a Casa dos Patudos e qual é efectivamente a função do conservador. Relativamente a um levantamento topográfico do Olival do Coutinho, o deputado perguntou se o que está aqui em causa é um processo de loteamento.

O Presidente da Câmara explicou que a Colónia Balnear da Nazaré, que é a propriedade da Assembleia Distrital de Santarém, entrou em estado de profundo degradação, situação que culminou com a destruição recente de parte do interior do edifício, assaltos, ocupação por parte de toxicodependentes, etc. Ao constatar o estado de degradação em que o edifício se encontrava, o Presidente dessa Assembleia decidiu encerrar a Colónia por questões de segurança. A questão que agora se coloca é pois a salvaguarda da propriedade daquele património, tanto mais que se espera que a nova organização administrativa vá extinguir estas assembleias distritais. Equaciona-se portanto forma de manter a propriedade do edifício da Colónia com vistas à sua recuperação para a colocar ao serviço da população do Distrito. Para tal existe já um projecto de arquitectura e a pretensão da candidatura a fundos comunitários.

Quanto à reunião com o conservador da Casa dos Patudos, tratou-se de uma reunião de trabalho normal. Relativamente ao projecto, o Dr. Nuno Prates está a trabalhar com o Dr. João Serra na definição do conceito e de projectos de desenvolvimento para a Casa dos Patudos que serão apresentados nos próximos tempos.

Já quanto ao levantamento topográfico do Olival do Coutinho, o Presidente explicou que existe um plano de pormenor para aquela área que tem já cerca de 15 anos e que este levantamento tem a ver com a necessidade de a Câmara aproveitar aquela área e torná-la de facto um loteamento.

- Ponto 2 – Apreciação e votação – Protocolo de Delegação de Competências da Câmara Municipal de Alpiarça para a Junta de Freguesia.

Intervenção do deputado João de Brito. O deputado perguntou se, a propósito desta delegação de competências, foi analisado o processo de remodelação do poder local em Portugal, dado que muito provavelmente este protocolo acabará por perder efeito se se confirmar a extinção ou remodelação das Juntas de Freguesia. O deputado perguntou ainda se existe compensação financeira da parte da Câmara Municipal para com a Junta de Freguesia.

O Presidente da Câmara esclareceu que não existe transferência de montantes financeiros, sendo que a Câmara assegura o apoio técnico à execução das competências transferidas. O Presidente esclareceu ainda que se trata do mesmo protocolo que está em vigor, mas com nova redistribuição de áreas, justificando a decisão na necessidade de aliviar a Junta de uma responsabilidade que era manifestamente incomportável tendo em conta os recursos que tem à sua disposição. Ainda assim, o Presidente enalteceu o esforço da Junta de Freguesia que durante estes meses assumiu com as dificuldades inerentes às suas limitações a manutenção de todas as áreas ajardinadas do Concelho.

Quanto à reorganização administrativa, o Presidente afirmou que enquanto não houver dados concretos não se pode pronunciar, e acrescentou que a posição da Associação Nacional de Municípios é unanimemente desfavorável às pretensões que o exterior pretende impor a Portugal.

O Presidente da Câmara deu a palavra à Vereadora Regina Ferreira, que manifestou vontade de intervir. A Vereadora explicou que os vereadores eleitos pelo PS votaram contra este protocolo na Reunião de Câmara porque entendem que devia haver transferência de verbas para a Junta de Freguesia para fazer face às responsabilidades acrescidas. A Vereadora

acrescentou ainda que neste protocolo não ficam claramente definidas as competências de cada um dos subscritores e afirmou que na sua opinião o facto de haver duas autarquias com as mesmas competências faz com que haja um maior dispêndio de recursos, pelo que entende que seria muito mais benéfico se apenas uma das autarquias ficasse responsável pela gestão dos espaços verdes.

Passou-se à votação do ponto 2. O protocolo de Delegação de Competências da Câmara Municipal de Alpiarça para a Junta de Freguesia foi aprovado por maioria, com 9 votos a favor, dos deputados eleitos pela CDU, 5 votos contra dos deputados da Bancada do PS e uma abstenção do deputado João de Brito.

O deputado João de Brito fez declaração de voto. Absteve-se porque tem dúvidas que esta opção seja a mais vantajosa a nível financeiro para o Concelho.

A deputada e Presidente da Junta de Freguesia, Joana Serrano, pediu a palavra para esclarecer o que entende ser o mal entendido em que a Assembleia está a laborar acerca deste protocolo. A deputada explicou que o primeiro protocolo delegava na Junta de Freguesia a responsabilidade pela manutenção de todos os espaços verdes e jardins do Concelho, sendo que a Câmara prestava todo o apoio técnico necessário a essa manutenção. Acontece que a Junta de Freguesia tem sido alvo de constantes cortes orçamentais e tornou-se inoportável para a Junta proceder à manutenção de todos os espaços verdes, pelo que este novo protocolo vem reduzir as áreas afectas à Junta, sendo que a Câmara continua a disponibilizar todos os recursos técnicos. Assim sendo, a deputada não vê como é que este protocolo poderá acarretar mais despesa para a Autarquia.

- Ponto 3 – Apreciação e votação – Protocolo celebrado entre o Município de Alpiarça e a Mestres – Agência Publicitária Lda.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado perguntou se este é o primeiro protocolo que esta empresa celebra com a Câmara.

O Presidente respondeu afirmativamente, pelo menos era o primeiro de que tinha conhecimento.

Posto à votação, o protocolo celebrado entre o Município de Alpiarça e a Mestres – Agência Publicitária Lda. foi aprovado por unanimidade.

- Ponto 4 – Apreciação e votação da Proposta de Taxas de Imposto de Imóveis (IMI) para o ano de 2012.

Intervenção da deputada Graciete Brito evocando a posição crítica da CDU enquanto na oposição relativamente às taxas que eram então

praticadas no Concelho. Estranha portanto a deputada que agora se pratiquem os valores máximos das taxas.

O Presidente explicou à deputada que, em primeiro lugar e antes de mais, por via da aplicação do Plano de Saneamento Financeiro não é possível à Autarquia aplicar uma taxa diferente daquela que é proposta. De resto, o Presidente esclareceu que a taxa percentual que agora se pratica é exactamente a mesma que se pratica em Alpiarça desde 2003, altura em que a taxa foi criada, estava então o Partido Socialista no Executivo.

O Vereador Carlos Pereira afirmou que a acusação da deputada revela falta de preparação da parte da deputada, dado que há dois anos que se anda a discutir a reestruturação financeira, a qual tinha como condição implícita a obrigatoriedade de a Câmara adoptar as taxas máximas, e a deputada ainda não sabe que a taxa proposta é a única taxa que a Câmara legalmente pode adoptar.

Interveio em seguida o deputado João de Brito. O deputado constatou que os valores se mantêm em relação ao ano passado, e lembrou que num contexto financeiro difícil como vive a Autarquia é imperativo que a Câmara procure receita accionando os mecanismos que tem à sua disposição. Ainda assim, o deputado mostrou-se preocupado com a majoração a 30% a aplicar a prédios urbanos degradados e com a majoração de 1.60% a prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situações de abandono. O deputado lembrou que, estando a agricultura a passar pelas dificuldades que se conhecem, as pessoas não têm possibilidade de proceder à recuperação das edificações dos campos, e muito menos os proprietários de prédios degradados, cujos inquilinos muitas vezes nem as rendas conseguem pagar, pelo que esta majoração não representa de maneira nenhuma um estímulo à recuperação dos edifícios degradados ou abandonados.

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado afirmou não estar contra esta proposta de taxas, pelo contrário, mas lembrou também que a CDU votava sempre contra a proposta de aplicação das taxas máximas quando estava na oposição, chegando inclusivamente a propor outras taxas justificando-as na necessidade de combater o desemprego e a pobreza. O deputado acusou a CDU de fazer demagogia quando estava na oposição, uma vez que agora estão no poder e ainda não baixaram uma única taxa ou o custo de um único serviço. Quanto à preocupação do deputado João de Brito, o deputado esclareceu que não existe ninguém em Alpiarça que tenha pago a majoração que o deputado denuncia, uma vez que esse parâmetro não tem aplicação dado que a Câmara não tem critérios nem meios para avaliar ou classificar um edifício como degradado.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. O deputado comentou que, ao referir-se ao Plano de Saneamento Financeiro como solução inevitável, o Executivo interpreta a situação financeira da Autarquia como um beco sem saída, quando devia ser interpretado, segundo a opinião do deputado, como um desafio. O deputado sugeriu ainda que a Câmara previsse uma isenção de IMI para aquisições de terrenos à Câmara, o que faria com que esses terrenos ficassem mais atractivos para os possíveis compradores.

Intervenção do deputado João Osório. O deputado fez notar, a propósito da intervenção do deputado Paulo Sardinheiro, que as câmaras não podem deliberar a bel-prazer sobre as isenções, dado que estas também estão previstas no código que determina as aplicações possíveis das taxas de IMI. Relativamente à intervenção do deputado Fernando Ramalho, o deputado esclareceu que a CDU continua a achar que as taxas recomendáveis são as taxas intermédias e que assim que for possível se adoptarão valores mais consonantes com essa pretensão.

Posta à votação, a proposta de Taxas de Imposto de Imóveis (IMI) para o ano de 2012 foi aprovada por maioria, com uma abstenção do deputado Paulo Sardinheiro e duas ausências da sala.

O deputado Paulo Sardinheiro fez declaração de voto. O deputado absteve-se porque considera que a Câmara não está a ser suficientemente criativa na procura de soluções para atrair investimento imobiliário em Alpiarça.

- Ponto 5 – Apreciação e votação da Proposta de Taxas de Derrama para o ano de 2012.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro. O deputado propôs, no seguimento das suas declarações anteriores, que a Câmara isentasse do pagamento desta taxa as novas empresas que se fixassem em Alpiarça.

Posta à votação, a proposta de Taxas de Derrama para o ano de 2012 foi aprovada por maioria, com uma abstenção do deputado Paulo Sardinheiro e duas ausências da sala.

Declaração de voto do deputado Paulo Sardinheiro. O deputado absteve-se pela mesma razão que se absteve na votação anterior.

- Ponto 6 – Apreciação e votação da Proposta de Percentagem da Participação Variável no IRS para o ano de 2012.

Intervenção do deputado Paulo Sardinheiro pretendendo conhecer o valor absoluto que a Câmara tem recebido por via desta percentagem do IRS.

Intervenção da deputada Graciete Brito. A deputada fez notar que se as Câmaras têm dificuldades, os municípios também as têm. Atendendo a isso, alguns municípios têm tido uma política de devolução de pelo menos uma parte desta percentagem variável aos municípios. A deputada pergunta se em termos absolutos este montante é tão significativo que a Câmara não possa abdicar dele para o devolver pelo menos aos municípios que têm mais dificuldades económicas.

O Presidente da Câmara comprometeu-se em fazer chegar os números pretendidos pelos deputados. De resto, relativamente à proposta da deputada Graciete Brito, afirmou o Presidente ser ela um bom exemplo de demagogia que revela a perspectiva de classe que está por trás de uma proposta deste género. A própria Associação Nacional de Municípios é manifestamente contrária a esta prática, já que considera que esta não cobrança dos 5% do valor do IRS a pagar pelo contribuinte à Autarquia atinge essencialmente os maiores contribuintes, isto é, aqueles que menos precisam destas medidas. O Presidente ilustrou esta ideia com alguns exemplos que mostravam que as classes mais favorecidas seriam aqueles que mais iam beneficiar com esta medida, sendo que as mais desfavorecidas acabavam por nem sequer beneficiar dela. Além disso, o Presidente recordou que este imposto foi criado para diminuir os prejuízos para as Autarquias decorrentes da aplicação da nova lei das finanças locais. Significa isto que abdicar deste imposto não é devolver dinheiro aos contribuintes mas executar financeiramente abaixo daquilo que as câmaras executavam até 2006.

Posta à votação, proposta de Percentagem da Participação Variável no IRS para o ano de 2012 foi aprovada por unanimidade, com uma ausência da sala.

- Ponto 7 – Apreciação e votação da Proposta de Taxa de Direitos de Passagem (TMDP).

Intervenção do deputado Fernando Ramalho. O deputado perguntou se o Município tem alguma receita desta taxa e quem é que a paga.

O Presidente da Câmara explicou que esta taxa é paga por empresas que utilizam a área do Concelho para instalarem cablagem ou outros, isto é, a EDP, a PT, etc. Por sua vez imputam os custos ao consumidor final.

Posta à votação, a Proposta de Taxa de Direitos de Passagem (TMDP) foi aprovada por unanimidade, com uma ausência da sala.

Período de Intervenção do Público

Não houve inscrições.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada pelo Presidente da Assembleia, era uma hora e quarenta e cinco minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente acta que foi aprovada em minuta para efeitos de execução imediata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

Presidente _____

1º Secretário _____

2º Secretário _____